

Reprodução



Renato Mayer escreve sobre as agruras de um judeu de esquerda

Páginas 3 e 4

ADQUIRA PARA VOCÊ E DÊ DE PRESENTE AOS SEUS AMIGOS



À venda na ASA

R\$ 15,00

"DA PRAÇA ONZE AOS SUBÚRBIOS, UM PANORAMA FECUNDO, BEM-HUMORADO, CARINHOSO..."

E MAIS...

2 **EDITORIAL**
Brincando com fogo

5 **ISRAEL**
Quem são os ultraortodoxos?
AVIRAMA GOLAN,
Haaretz

Foto: Sara M. Gruman



6 **CASA GRANDE**
A luta continua
Entrevista com
Moysés Ajhaenblat,
Roberto Saturnino Braga
e Marcelo Barbosa

8 **ARGENTINA**
As icufistas (1ª parte)
NERINA VISACOVSKY

10 **BECO DA MÃE**
Novas luzes em
tabloide
HENRIQUE VELTMAN

PURIM
Como o monstro
voador
DAVID SHAFER

.COM
Em bom português
FANY SECHTER RUAH

NOTAS

EDITORIAL

Brincando com fogo

Os brasileiros estão muito preocupados com as questões ambientais. Certo? Errado. Durante a recente Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas, realizada em Copenhague, o Datafolha divulgou o resultado de uma pesquisa segundo a qual apenas 5% dos brasileiros consideram as mudanças climáticas um grave problema mundial (atrás, por exemplo, da AIDS, com 8%).

Desinteresse ou desinformação? Dados científicos robustos mostram as consequências funestas para o planeta da elevação da temperatura. Lóbis poderosos, entretanto, especialmente da área industrial e do agronegócio, pressionam contra medidas que reduzam os efeitos dos gases-estufa. São eles que tornam duvidosa a implementação do que foi negociado em Copenhague.

Dois desafios surgem neste limiar de século. Além das mudanças climáticas, há o cada vez mais grave problema social. O mundo patina em números traumáticos. Cerca de 25 mil pessoas morrem diariamente de fome ou causas correlatas.



Quase 1 bilhão e 500 milhões sobrevivem com menos de US\$ 1,25 diários, limite da linha de pobreza. Os desempregados já ultrapassam 220 milhões. Como planejar o desenvolvimento econômico, conciliando proteção da natureza e dignidade humana? Isto é possível no modo de produção hegemônico no mundo?

Se o rumo não for mudado, as pragas lançadas contra os egípcios (entre as quais, várias sugerem desastres ambientais), segundo a tradição do Pessach, parecerão um inocente exercício minimalista.



Continua ensurdecedor o silêncio sobre a proibição de construção de minaretes na Suíça. Proposta por um partido fascista, foi aprovada em plebiscito e escancara uma tendência agressiva contra os muçulmanos. Onde estão os que protestam contra o racismo e a xenofobia quando é o seu calo que doi? Enquanto os suíços servem ao mundo um chocolate amargo, tudo se passa como se nada se passasse. Lamentável.



A diretoria da **ASA** deseja a seus sócios e amigos um 2010 de acolhimento, solidariedade e respeito. Que, juntos, sejamos protagonistas de uma jornada rumo a um mundo melhor. ■

Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação

Rua São Clemente, 155 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.260-001
Tel:(21)2535-1808 Telefax:(21)2539-7740
Home page: www.asa.org.br e-mail: asa@asa.org.br

Presidente Mauro Band
Vice-presidentes Horácio Itkis Schechter e Gitel Bucaresky
Secretárias Tania Mittelman e Rosa Goldfarb
Tesoureiros Moisés Ghersgorn e Fany Haus Martins
Diretores Jacques Gruman, Clara Goldfarb, Marcos David Somberg, Fanny Cytryn e Esther Kuperman



ASA JUDAÍSMO E PROGRESSISMO é o órgão informativo e de divulgação cultural bimestral da Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação.

Home page: www.asa.org.br
e-mail: asa@asa.org.br

Editora e Jornalista Responsável

Sara Markus Gruman - (Reg. Prof. nº 12.713)

Colaboradores do Boletim: David Somberg, Esther Kuperman, Fany Sechter Ruah, Heliete Vaitsman, Henrique Veltman, Jacques Gruman, Renato Mayer e Tania Mittelman

Programação Visual: Hama Editora

Impressão: Grafitto

Tiragem: 2.200 exemplares

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam necessariamente os pontos de vista da Diretoria da ASA. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desde que citada a fonte.

NA ASA

Coreógrafo Rafael Barreto de Castro



Estes dançam



Regente Cláudia Alvarenga

Estes cantam

DANÇA ISRAELI - Toda terça, às 18h30
CÍRCULO DE LEITURA EM PORTUGUÊS -
Quinzenalmente, terças, às 15h30
CORAL DA ASA - Ensaios toda quarta, às 20h
AULAS DE ÍDISH - Toda quinta, das 19 às 20 horas,
com Moisés Garfinkel

Estacionamento no local (pago) Saída S. Clemente da Estação Botafogo (sentido Humaitá)

CORREÇÕES NO Nº 121: No anúncio do evento do dia 29 de novembro, o correto é 150º aniversário de nascimento; na pág. 3, os gráficos estão trocados: o de cima corresponde aos alunos em escolas primárias, e o de baixo, à percentagem de eleitores.

Ser um judeu de esquerda

Renato Mayer / Especial para ASA

Não é ou não está fácil ser um judeu de esquerda no Brasil. Por onde circule, entre os amigos e companheiros de outras lutas, assume sempre uma posição defensiva, tendo que lembrar o direito do Estado de Israel à existência, a maior democracia no Oriente Médio, sua origem progressista e anticolonial, a simpatia que grupos de israelenses nutrem pela autodeterminação palestina. Com alguma sofisticação, pode apontar em seus interlocutores uma primária confusão entre antissionismo e antisemitismo, que os remete a argumentos de *Os protocolos dos sábios de Sião*, uma conhecida falsificação histórica. Não consegue, porém, ir muito além disso. A permanente ocupação dos territórios para além da Linha Verde, a política opressiva ali exercida e o belicismo de suas elites políticas há muito revertem a simpatia mundial por Israel. Em nossa América Latina, tal fato se agrava ainda pelo apoio solitário desse país ao embarco norte-americano a Cuba e ao governo golpista de Honduras.

Por outro lado, na comunidade judaica, crescemos todos sob o ideário de que, em Sion, os judeus teriam reencontrado, enfim, o seu lugar e as condições, após décadas de perseguição, para se constituir com justiça em uma nação. Todos temos amigos e parentes residentes em Israel, e não há como deixar de partilhar, de uma forma ou de outra, do sentimento de insegurança e contínua ameaça que se respira no país e até de louvar seu eficiente aparelho de defesa e segurança, um fortíssimo instrumento de persuasão para evitar conflitos e tragédias maiores. Todos desejamos que aquele Estado, uma moderna e tecnologicamente avançada construção de quatro a cinco gerações – para não falar de sua qualidade espiritual que nos é tão cara –, mantenha-se vivo e com futuro. Como não comparar o tratamento liberal dado, por exemplo, a mulheres e homossexuais em Israel com o adotado na

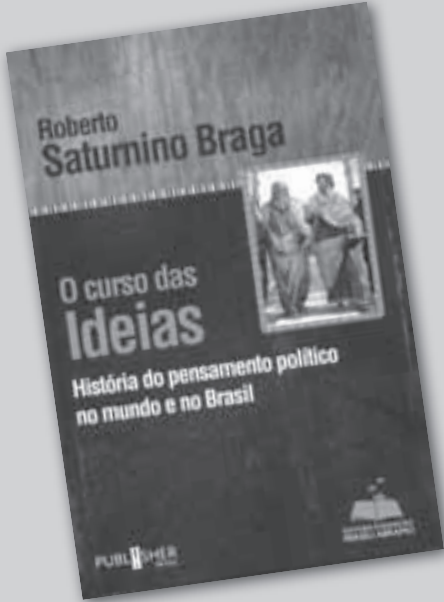
Faixa de Gaza, dominada pelo Hamas, em outros países vizinhos, ou mesmo, no Irã? Alguém, em sã consciência, pode querer que essas conquistas sejam obliteradas da História?

**Todos desejamos
que aquele Estado
se mantenha vivo e
com futuro.**

Esses laços atávicos e emocionais costumam predominar sobre a capacidade de enxergar o sofrimento, as aspirações e a própria narrativa dos outros, os palestinos. O judeu de esquerda, impregnado de sentimentos igualitaristas, não concebe atribuir ao ódio pelo ódio ou a uma inveja atávica pelo progresso material dos judeus a permanência do conflito árabe-israelense e as explosões de violência do lado palestino.

E se pergunta: por que um povo, como o judeu, que tanto se apegava e valoriza a própria História, nega a de quem já habitou a Terra de Israel? Por que é tão arraigada a concepção de que o problema palestino é um problema árabe e que sua solução está fora das fronteiras de Israel?

Assim como os judeus, os árabes da Palestina buscaram alguma forma de identidade nacional. Em 1933, foi decretada uma greve geral árabe, a que se seguiram manifestações sangrentas. Estas seriam retomadas em uma escala muito maior, em 1936-39, coordenadas pelo Alto Comitê Árabe (que reunia os partidos nacionalistas) e voltadas contra os judeus e contra os britânicos. A repressão foi violentíssima: em um filme produzido pela BBC, intitulado *Os palestinos*, um antigo policial conta os métodos a que os britânicos recorreram para controlar a rebelião, tais como destruição de casas, prisões em massa, deportação dos dirigentes para as Ilhas Seychelles. Métodos de repressão,



Já à
venda
nas
livrarias

aliás, experimentados anteriormente em suas colônias na África Negra. Aniquilada a liderança do movimento, o grão-múfti de Jerusalém, uma de suas figuras mais proeminentes, refugiou-se na Síria e, depois, na Berlim nazista.

As consequências se estenderam por longos anos e alcançaram 1948, o ano da Guerra de Independência de Israel, chamada pelos árabes palestinos de El Nakba, a catástrofe. Falta de comando unificado, diretrizes desconstruídas e nenhuma condição de hegemonia relativamente à condução dos exércitos dos países árabes que atacaram Israel levaram os palestinos a um débil enfrentamento. Seu maior comandante militar, Abdel Kadir Husseini, foi morto logo em 8 de abril de 1948, em Kastel, na entrada de Jerusalém. O que se seguiu foi uma grande massa de palestinos buscando refúgio nos países vizinhos. As estimativas variam entre 500 e 700 mil habitantes.

Quaisquer que fossem as razões desse êxodo – medo da guerra ou de represálias de um lado e de outro, expectativa de curta duração do conflito, pânico com a propaganda transmitida pelo rádio, expulsão pura e simples pela força das armas –, sua dimensão gigantesca tornou-se dramática face à recusa israelense de aceitar os refugiados de volta. Documentos da época recentemente liberados para acesso do público dão conta de que Ben Gurion, em reunião do ministério em 16 de junho de 1948, teria declarado: “Eles [os palestinos] perderam e fugiram. Seu retorno agora deve ser evitado... E eu me oporei ao seu retorno também depois que a guerra tiver acabado.” Alguns anos mais tarde, o primeiro-ministro se mostraria propenso a receber um certo número de refugiados de volta, caso prosperassem incipientes negociações ultrassecretas com assessores de Nasser acerca de contrapartidas do Egito em favor de Israel. O que não foi o caso...

A partir daí, a história e a resistência dos palestinos passariam a fermentar e a se forjar nos campos de refugiados. Passaram-se anos – a ponto de a própria primeira-ministra Golda Meir negar sua existência –, até que ganhassem alguma visibilidade mundial. A questão do

seu retorno e livre trânsito pelo antigo território foi e continuará sendo sempre uma aspiração nacional, mesmo com a proposta da comunidade internacional de um Estado que venha a ser criado ao lado de Israel.

Conforme escreveu o professor Russell Nieli, da Universidade de Princeton, em recente artigo na revista *Tikkun*: “Embora alguns palestinos da Margem Ocidental

É fácil, daqui, ficar preconizando sobre as posturas dos israelenses.

possam aceitar (ainda que relutantemente) a solução de dois Estados, é muito difícil conceber que os 2 milhões e 500 mil que vivem em campos de refugiados ao longo da fronteira ou os que residem em Gaza (muitos dos quais descendentes dos refugiados da guerra de 1948) concordem com uma solução final que dê aos árabes menos da metade do que teriam tido, sem todo esse histórico de miséria e dificuldades, com o plano de partilha da ONU de 1947. Se os palestinos aceitarem essa solução, será obviamente uma aceitação provisória, até o restabelecimento do antigo território do Mandato [Britânico], quando poderão residir em qualquer parte da terra que continuam a entender como sua pátria natal. Sem um direito de retorno, a maioria dos palestinos continuará a perceber o Estado judeu como um empreendimento colonialista antiárabe – criado com o apoio das potências imperialistas ocidentais à custa da sua miséria contínua.”

O direito ao retorno e a plena integração dos palestinos em um Estado verdadeiramente democrático (o que significa para todos, sem distinção de etnias) é o fulcro do mais utópico projeto de paz. Em Israel, é bandeira de luta de grupos de aguerrida militância, mas de reduzida expressão numérica e política. Múltiplas organizações, como o próprio Movimento Paz Agora, tão popular na década de 1980, refluíram para uma política de monitoramento das

agressões sofridas pelos palestinos, de sua defesa jurídica e de suas reivindicações legais. Qualquer que seja o arranjo institucional, se conviverão dois Estados lado a lado ou se será um Estado binacional ou, ainda, uma democracia condominial de dois Estados (conforme propõe o professor Nieli), só será viável com uma imensa mudança política das mentalidades dirigentes e da própria concepção do sionismo.

Enquanto isso não ocorrer, o judeu de esquerda continuará procurando disfarçar sua vergonha diante do indefensável: o tratamento infligido aos palestinos no cotidiano dos *check-points*, o desumano e inútil bombardeio de Gaza, os assentamentos que avançam em território reconhecidamente palestino, a corrupção e a falta de moral contaminando aqueles que, no topo do poder, deveriam conduzir “a luz entre os povos”, a noção bíblica e predestinada do povo judeu em seu papel no mundo. E, ao mesmo tempo, se afligindo, porque é fácil, daqui, deste *galut* carioca, onde o máximo de violência – e que já é bastante – é a que nos atinge indistintamente enquanto cidadãos de pele branca e moradores de bairros nobres, ficar preconizando sobre o dia-a-dia, as posturas e o *modus pensandi* dos israelenses e sobre suas possíveis opções em um país que se percebe histórica e constantemente ameaçado. Qual o direito que tem de fazê-lo?

Há uma pequena história que encerra, ironicamente, essa angustiante contradição. Em 2003, preparando um artigo sobre os assentamentos além da Linha Verde para a revista *The New Yorker*, o jornalista Jeffrey Goldberg entrevistava um colono, então em Gaza, argumentando que seu interlocutor deveria se colocar no papel de um palestino. E dizia: “Você é um palestino, você é daqui, tem sua terra, seus avós eram daqui e...” O colono o interrompeu de pronto, elevando a voz: “Pare de pensar feito judeu! Pare de ser um judeu! Somente um judeu diria ‘Imagine-se como um palestino’. Você consegue imaginar algum palestino se vendo como um judeu?” ■

Renato Mayer, economista, é colaborador deste Boletim.

Quem são os ultraortodoxos?

Avirama Golan / Haaretz

Quanto mais a sociedade israelense se deteriora e os usuários de *quipá* se dividem e subdividem em grupos e comunidades com distintos estilos de vida e distintas relações com a sociedade e o Estado, mais superficial é a perspectiva com que os seculares os veem.

Quem, de fato, é *haredi*, ultraortodoxo?

É aquele sujeito de longos cachos laterais e *talit*, que põe fogo em latas de lixo, quebra ossos de repórteres e declara orgulhosamente para as câmeras de tevê que “cada filho meu é uma represália contra os sionistas”? São *haredim* aquelas pessoas de Beit Shemesh que há algumas semanas apedrejaram uma mulher por julgar que ela não estava vestida com recato, e quase a mataram?

Talvez *haredi* seja aquele homem jovem, pálido e tímido, caminhando por Bnei Brak, expressão desanimada, sem olhar para nada a caminho da *ieshivá*, onde fica escondido até a noite, absorto nos livros e esquecido de comer e beber. Ou talvez seja aquele corpulento *hassid* que anda pelo Boulevard Rothschild, em Tel Aviv, empurrando um carrinho abarrotado com um bebê e outras duas crianças que mal começaram a andar, seguido de perto de mais algumas crianças. Também à mão estão a sua filha adolescente, vestida com uma saia azul longa, e, a uma certa distância, a esposa, mãe de seus filhos.

Ou, quem sabe, *haredim* são os estudantes da Faculdade de Kiriát Ono, futuros advogados e contadores, ou, talvez, a jovem que será a tesoureira da prefeitura de Bnei Brak, ou estudantes de MA da Universidade Harvard, ou os proprietários e funcionários de um restaurante *glat kosher* em Hertzliá Pitúah.

Talvez sejam os *habadniks* que, em seus esforços para praticar *mitsvot*, acendem velas de Shabat no coração de Tel Aviv. Mas eles não pertencem também ao grupo que tenta assumir Ramat Aviv?

Ai de nós! Há um racha interno até entre eles – os messiânicos e os não messiânicos, os novos observantes e os veteranos, e por aí vai. Com todas estas diferenças, fica impossível definir a palavra “*haredi*”, assim como é impossível definir “judeu” ou “árabe” levando-se em conta todas as variantes humanas, religiosas, culturais e sociais dessas definições.

Não há conexão entre o novo religioso que canta “Na-Nah-Nahman”

Ai de nós! Há um racha interno até entre eles.

dançando na rua e os universitários. Certamente não há ligação entre a futura tesoureira da prefeitura de Bnei Brak e a “mamãe talibã” ou entre uma criança *hassídica* cujos pai e avô são reservistas e trabalham para ganhar a vida e um jovem que “fortalece a sua fé” vivendo de donativos.

Tampouco há conexão entre os que promovem badernas no Shabat e as famílias *hassídicas* veteranas de Netânia e Haifa, que trabalham e pagam impostos. E não há conexão entre essas famílias e, por exemplo, Shlomó Benizri, do Shas, ou seu rabino, que incita as pessoas a se tornarem religiosas. Há também uma variedade muito grande entre as centenas de milhares de eleitores do Shas.

Este grande grupo de pessoas, a maioria das quais profundamente comprometida com a sociedade israelense, é

representado na política e na mídia por indivíduos que não são eleitos, mas nomeados, e cujos interesses não refletem as necessidades da sua comunidade; às vezes, até se opõem a elas. Além deste, três outros fatores muito prejudiciais operam nessa comunidade: os antisionistas de Jerusalém, os pregadores fanáticos associados aos que incitam as pessoas a se tornarem religiosas e os nacionalistas ultraortodoxos extremistas (por exemplo, o rabino Itzhak Guinsburg e seu filho, que atua em Ramat Aviv).

Estes quatro fatores se defrontam com as apreensões da baixa classe média – a secular, a tradicional e a nacional-religiosa. Preocupada com a possibilidade de perder a pequena segurança sócio-econômica que tem, essa gente batalha para garantir o emprego, pagar o seguro saúde e um teto para morar, cuidar de seus idosos e educar suas crianças. Em sua aflição, ela busca culpados. E encontra dois alvos fáceis: “os árabes”, que, por cortesia do Israel Beiteinu, vêm sendo tachados de “desleais ao Estado”, e “os *haredim*”, que, desde o advento do partido Shinui, vêm sendo classificados coletivamente como “parasitas”.

Essas pessoas que têm medo de perder o que possuem deveriam lembrar-se de uma coisinha: as preocupações econômicas estão empurrando muitos religiosos moderados para os braços dos *haredim*, da mesma forma que as preocupações econômicas, sociais, culturais e nacionais empurram a comunidade árabe moderada para os braços do movimento islâmico.

E os maus presságios apontam não para “os árabes” ou “os *haredim*”, mas para o governo, que abandonou os seus cidadãos e os entregou aos extremistas. ■

Tradução de S.M.G.

A luta continua

Agosto de 1966. Sob a batuta de Moysés Ajhaenblat, Max Haus, Moysés Fuks e Sérgio Cabral Santos (pai do atual governador do Rio), nasce, no Leblon, o Café-Teatro Casa Grande. Mal sabia o quarteto que aquela casa de espetáculos se tornaria uma referência indispensável para a cidade, não apenas nas artes cênicas, mas também na resistência contra a ditadura militar e na defesa dos valores democráticos e progressistas. Em 1997, as instalações do Casa Grande foram consumidas por um incêndio. Onze

anos depois, ele renasceu na forma de um teatro moderno e confortável. Seguindo a tradição de ser também um centro de debates, está lutando para criar o Centro Cultural Casa Grande, projeto tocado principalmente pelo Instituto Casa Grande (ICG). Nesta entrevista, Moysés Ajhaenblat, Roberto Saturnino Braga (ex-prefeito do Rio e ex-senador, presidente do ICG desde 3 de novembro passado) e Marcelo Barbosa (coordenador executivo do ICG) falam sobre seus planos e os obstáculos para dar vida ao Centro Cultural.

Foto: João Luiz Azevedo

ASA – Como surgiu a idéia do Centro Cultural Casa Grande (CCCCG) ?

Moysés Ajhaenblat - Como consequência natural de nossa resistência política e dos debates realizados durante a ditadura. Por quase três anos, de 1975 a 1978, o Casa Grande foi o único espaço onde se vislumbrava uma luz no horizonte. A partir daí, a luta pela liberdade se ampliou para todo o país. E nós, Casa Grande, também passamos a pretender mais: o Centro Cultural, a Universidade Aberta (Antônio Houaiss acrescentou o termo Livre), o Fórum de Debates de Problemas Brasileiros (e por que não mundiais?). Desde então, lutamos por este belíssimo projeto, que está tendo o apoio quase unânime dos artistas, intelectuais, jornalistas, sindicalistas. De todos aqueles que lutam, almejam um mundo igualitário, justo – um mundo progressista.

ASA – Quais serão as principais atividades do Centro ?

MA - A Universidade Livre e Aberta, o Fórum Permanente de Debates de Problemas Brasileiros, ateliê para artistas pobres, seminários sobre poesia, música, teatro, cinema, comunicação, formação de lideranças, uma creche – tão necessária no nosso entorno –, a Sala das Bandas, a Sala dos Blocos, a Sala das Associações de Moradores, o Centro Albino Pinheiro de Defesa das Tradições Cariocas.

ASA – Embora a destinação cultural e pública dos cinco andares construídos



Saturnino Braga ao assumir a presidência do Instituto Casa Grande, ao lado de Marcelo Barbosa (centro) e Moysés Ajhaenblat

acima do Teatro Casa Grande tenha sido aprovada por três governadores (Leonel Brizola, Nilo Batista e Benedita da Silva), o atual governo do Estado está tentando anular a decisão e leiloar o espaço. Por quê? Como vocês esperam garantir o direito de criar o CCCC nos termos chancelados por governos anteriores ?

MA - Claro que é ato de discriminação política, aliado à desmoralizada política econômica neoliberal, e que será derrotado por nossa luta com o apoio de toda a sociedade, dos artistas e intelectuais, o que já está ocorrendo. Convidamos todos os que apoiam este belo projeto para uma vida progressista a se juntarem a nós.

Venham para o Instituto Casa Grande. Conheçam o nosso blog: www.instituto-casagrande.wordpress.com.

ASA – O que é o Instituto Casa Grande (ICG) ? Por que aceitou assumir a presidência ?

Saturnino Braga - A principal missão do Instituto Casa Grande é a luta pela implantação do grande Centro Cultural, ocupando os cinco andares sobre o Teatro, de acordo com o compromisso assumido pelo governo do Estado com os construtores e os proprietários do antigo Teatro. Para bem desempenhar esta missão, o Instituto vai desenvolver atividades, eventos públicos capazes

de suscitar o interesse e mobilizar mais amplamente o empenho da sociedade carioca na obtenção do Centro. Aceitei a presidência na qualidade de remanescente dos grandes debates de resistência à ditadura realizados nos anos 70 naquele “Território Livre da Democracia” definido por Tancredo Neves. Aceitei como um dever de cidadania, engajado, como sempre estive, no movimento pela instalação do Centro Cultural.

ASA – Com que apoios o ICG conta?

SB - Os apoios explícitos recebidos até agora, nos meios artístico, intelectual e político são tão numerosos e expressivos que ficaria difícil relacioná-los aqui. Oscar Niemeyer e Chico Buarque estão entre eles.

ASA – Quais são os planos para sua gestão no ICG ?

SB – Nossos planos são de começar sem demora a atividade pública do Instituto, com a realização, ainda neste fim de ano, de pelo menos um grande evento mobilizador que marque fortemente a existência do Instituto na cidade. Assim é que resolvemos realizar um expressivo debate sobre a decisiva questão do petróleo, novamente em pauta com grande destaque, em decorrência da descoberta da riqueza extraordinária do pré-sal.

ASA – Como o ICG e o CCGG se

inserem na vida cultural e política do Rio de Janeiro ?

SB - O Instituto observará sempre a preparação da existência do Centro e seguirá a sua vocação. O projeto do Centro é tão abrangente que se caracteriza como uma verdadeira Universidade Aberta voltada precipuamente para as comunidades carentes da cidade, especialmente aquelas localizadas nas proximidades do Casa Grande. Uma Universidade Aberta, em princípio, é uma instituição cultural multi-temática. Entretanto, creio que o Instituto deverá seguir a vocação que firmou a tradição do Casa Grande, desenvolvendo práticas, ensinamentos e criatividade na área das artes cênicas (o Casa Grande é um teatro), e atuando também na promoção de estudos e debates no campo das idéias políticas e dos problemas da sociedade brasileira e do Rio especificamente. O Centro Cultural Casa Grande pode vir a ser um importante centro de filosofia política do Rio de Janeiro. Mas essas são opiniões minhas, pessoais, que precisam ser discutidas com os fundadores do Instituto e do futuro Centro Cultural, e também com a comunidade que vem apoiando a sua implementação.

ASA – Moysés e Saturnino mencionaram a idéia de criação de uma Universidade Livre e Aberta. A seu ver, quais seriam as principais atividades desta Universidade ?

Marcelo Barbosa - A Universidade Livre e Aberta Casa Grande é o momento mais significativo de todo este projeto concebido pelo saudoso escritor e filólogo Antonio Houaiss. Porém, não estamos falando de uma instituição acadêmica, e sim de um centro multidisciplinar, um corpo político engajado no debate, diagnóstico e solução dos principais problemas do Brasil em sua relação com o mundo. Vão merecer destaque os temas da economia, da cultura e do meio ambiente. Autônoma em relação aos partidos, a Universidade Livre e Aberta Casa Grande deverá buscar o diálogo com as universidades acadêmicas – especialmente as públicas –, com as quais pretende celebrar parcerias estratégicas.

ASA – Faz parte dos planos do CCGG um Fórum Permanente de Problemas Brasileiros. O que será e a que público se destinará ?

MB - O Fórum Permanente de Discussão de Problemas Brasileiros será a face mais visível dos projetos reunidos nesta retomada das tradições históricas do Teatro Casa Grande. As atividades do fórum – fundamentalmente debates promovidos com grandes personalidades da vida pública brasileira – visam atingir o público mais amplo possível, especialmente as comunidades faveladas do entorno do teatro, a exemplo da Cruzada São Sebastião, Morro do Vidigal e Rocinha. Todas as atividades terão caráter público e gratuito. ■

MARTINS ASSOCIADOS -Advocacia Trabalhista e Societária
Rua Senador Dantas, 20 Gr. 1509 - Centro - Telefone: 2240-9808

Dr. Sérgio Fiser - Cirurgia plástica, estética, Botox, preenchimento de rugas, câncer de pele
Rua Siqueira Campos, 43 / 608 - Copacabana - Telefone: 2257-0359

Rosana Yentas - Psicoterapia / Orientação Profissional
Consultórios: Botafogo e Tijuca - Cel.: 9956-5466

Mauro Acelrad - Psiquiatria Clínica
Rua Joana Angélica, 217 – Ipanema
Telefones: 2522-1794/ 2523-3852 - E-mail: acsel@globo.com

Alberto Band - Advogado
Rua Álvaro Alvim, 48 / 405 - Centro - Telefone: 2220-2784

Helena Kaplan - Psicoterapia e Psiquiatria
Consultório: Rua Barata Ribeiro, 383 / 405 - Copacabana - Telefone: 2255-7491

Anna e Heloisa Araujo Eventos Cerimonial e Logística - Bufê próprio
Telefones: 2553-7013/2552-6929/8829-6929 - E-mail: heloisa.ams@oi.com.br

José Paulo Nebel - Psicólogo/ Psicanalista
Rua Benjamin Batista, 197/ 302 - Jardim Botânico - Telefone: 2286-5075

As icufistas (Parte I)

Nerina Visacovsky / Especial para ASA

Após terminar a Segunda Guerra Mundial, muitas judias de esquerda se voltaram para o ativismo nas instituições vinculadas ao ICUF. Enquanto os homens se dedicavam às áreas de finanças e construção de edifícios, as comissões de cultura e educação eram integradas, em sua maioria, por mulheres. A Organização Feminina do ICUF (OFI), formalmente fundada em 15 de julho de 1947, postulava seu caráter autônomo e se identificava com os princípios ideológicos da União de Mulheres Argentinas (UMA). A UMA, criada também em 1947, era a continuação da organização antifascista Junta da Vitória. As mulheres agrupadas na Junta da Vitória – comunistas, socialistas e liberais – trabalharam unidas pela causa dos aliados. As icufistas seguiam diretrizes das organizações que atuaram durante a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial e no marco das políticas de Frentes Populares. Já nos anos 1920, as dirigentes comunistas e socialistas resolveram ter células autônomas para superar os problemas domésticos – de filhos e histórico-patriarcal – que constituíam obstáculos à emancipação feminina. Mas, no âmbito institucional idishista, foi em 1947 que Catalina Perelstein, professora das *árbeiter shuln*, convocou cinco mulheres para estabelecer as bases da OFI. Um vasto público feminino, que participava nos *leien craizn*, círculos de leitura, aderiu à OFI com entusiasmo. Em Buenos Aires, os *leien craizn* funcionavam em quase todas as instituições. Paulina Sak dizia que constituíam verdadeiras “universidades populares” e formavam “quadros de ativistas institucionais”.

Em 11, 12 e 13 de outubro de 1957, as icufistas realizaram o seu Primeiro Con-

gresso, após uma década de atividade intensa. O Congresso foi aberto na noite do dia 11, no salão Rosini, de Buenos Aires. As mulheres entraram entusiasmadas, vestindo a sua melhor roupa, um distintivo na lapela e fitas azuis e brancas amarradas nos braços. Delegadas de todas as províncias argentinas, do Brasil e do Uruguai foram convocadas para debater e trabalhar em comissões um extenso temário com os problemas mais agudos da mulher e da criança. Professoras, atrizes, escritoras ou donas de casa, eram, antes de tudo, “mulheres progressistas do povo argentino,

Vestiram a sua melhor roupa, um distintivo na lapela e fitas azuis e brancas nos braços.

uruguaio e brasileiro”. Destacavam-se as convidadas de honra, a companheira Yente Lerner, da Organização Feminina Israelita Brasileira, e Jana Tobiasch, da delegação uruguaia. As delegadas dos países vizinhos prometiam enriquecer o debate. A enérgica Berta Drucaroff, em seu discurso de abertura, explicou que elas encarnavam uma “luta universal” e que o objetivo central da OFI continuava sendo “atingir amplas camadas de mulheres argentinas para elevá-las culturalmente”. Otimistas e pujantes, as icufistas afirmavam que a cada dia essa meta era alcançada graças ao trabalho dos *leien craizn*, às comissões femininas das escolas e “à palavra esclarecedora” da revista *Di ídishé froy* (A mulher judia), editada mensalmente pela OFI desde 1950.

As oradoras do Congresso destacaram as condições pouco favoráveis

por que haviam passado entre 1947 e 1957, durante os anos peronistas e a autodenominada “revolução libertadora”, e lembraram os acontecimentos de 1953 e 1954, quando uma operação de repressão contra o Partido Comunista terminou com a proibição das publicações em ídish. Em consequência, ativistas e militantes foram presos, e o governo proibiu a realização do 5º Congresso do ICUF, em 1953. Do mesmo modo, o teatro ídish IFT foi fechado por um ano e dois importantes *leien craizn*, os liderados por Teresa Guilenberg e Guitl Kanutsky, interrompidos. Contudo, os fatos não impediram que as icufistas continuassem trabalhando. Em 1956, chegavam a 40 os círculos de leitura, com mais de mil mulheres, em Buenos Aires, Rosário, Córdoba, Mendoza e Santa Fé. Cada um desses *leien craizn* era constituído de um grupo que oscilava entre dez e vinte participantes. Em algumas instituições, como o I.L.Peretz de Villa Lynch e o Lar Cultural Mendele de San Martín, funcionavam dois grupos, um em castelhano e outro em ídish. Parafraseando Sarmiento, a icufista declarava que, “para poder julgar o grau de civilização de um povo, é necessário ver antes de mais nada em que posição social se encontra a mulher”, e elevá-la culturalmente era o objetivo primordial da OFI. Não obstante, o ídish era um importante obstáculo ao “esclarecimento” das massas femininas. As mulheres, em sua maioria da terceira idade, eram ativas e militavam em ídish, o que deixava de fora as mais jovens. Logo, o castelhano se tornou uma necessidade, passando a ocupar um espaço maior nas publicações e a ser adotado em círculos de leitura. Essa passagem idiomática

permitiu que as ativistas estabelecessem canais de comunicação com as vizinhas e as trabalhadoras dos bairros onde funcionavam as suas instituições.

A revista *Di ídishe froi* abordava os temas gerais que, segundo seu editorial, “tinham” que interessar às mulheres argentinas nos anos 50: o desejo de contar com os benefícios sociais da mulher soviética, a função da mulher como promotora da paz e da educação infantil, e o seu dever de lutar por uma democracia socialista. Na União Soviética, dizia Rosa Flechner, “a mulher é presidenta de um colcoz, chefe de brigadas, agrônoma, professora, cientista, membro do Soviète, mecânica, paraquedista, mãe e companheira. É o ser mais querido”. A idealização do mundo soviético e o papel da mulher nele nutriam o imaginário das icufistas. No Congresso de 1957, elas reeditaram o discurso das comunistas dos anos 20 explicando que, num ambiente “reacionário”, as mulheres eram “duplamente escravizadas”, por um lado, devido à atmosfera social, e por outro, em relação ao sexo masculino. Sua interpretação era a de que isto ocorria com a maioria das argentinas desde 1943. Contudo, reconheciam que não era o caso delas próprias, porque o seu âmbito de socialização progressista lhes permitia viver em condições iguais às dos homens. Vale como exemplo a lembrança de uma aluna da escola de Villa Lynch, segundo a qual seu pai preparava o jantar para ela e os irmãos enquanto sua mãe participava do *leien craiz* à noite. Era uma experiência vanguardista para os anos 50. As comissões femininas tinham um lugar importante nas instituições do ICUF, e as mulheres ocupavam cargos relevantes, inclusive a presidência da entidade. E ainda defendiam uma responsabilidade em relação a suas compatriotas argentinas: “despertá-las do sonho letárgico ao qual se encontravam submetidas pela reação, que as mantinha isoladas e atrasadas”.

No plano comunitário, as icufistas competiam com as sionistas da Organização Sionista Feminina Argentina (OSFA) a fim de captar o público idishista. A OFI se interessava também pela questão israelense, mas criticava o sectarismo das sionistas, que, preocupadas exclusivamente com a vida em Israel, negavam a mulher argentina. Em 1948, as icufistas participaram na Campanha Popular para a criação de moradias e jardins de

As icufistas competiam com as sionistas a fim de captar o público idishista.

infância no novo Estado, ainda que se opusessem a colaborar com a Campanha Unida, liderada pelo Keren Kaiemet Lelsrael e cujos fundos financiavam o exército. Nas páginas da *Di ídishe froi*, as icufistas convocavam as mães israelenses a lutarem pela paz e a não enviarem seus filhos para a guerra. Desde 1953, no marco da Guerra Fria, reiteradas notas do caso Julius e Ethel Rosemberg apareceram identificando Ethel como mãe, judia e militante comunista. Ethel Rosemberg se somava à lista de mulheres e mães vítimas da “reação fascista do imperialismo”, que, em meados dos anos 50, “oprimia os povos do Oriente Médio com a colaboração do governo israelense”. Nesse sentido, as mulheres da OSFA eram criticadas por colaborar com a política bélica do Estado e por cegar as suas seguidoras a respeito de sua condição de “argentinas”.

Assim como as mulheres da OSFA respondiam a um movimento internacional – a Women International Zionist Organization (WIZO) –, as icufistas da OFI participavam da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e do Congresso Mundial pela Paz. Nessas organizações, criadas no

pós-guerra, participavam delegações de vários países, mas, no clima da Guerra Fria, a sua liderança passou para a órbita soviética. Segundo a *lérerque* Leike Kogan, essas entidades eram “os faróis que indicavam o caminho a ser seguido”. Graças a esses “faróis”, a mulher judia da América Latina havia conquistado um lugar de destaque na vida social e cultural. Na Argentina daqueles anos, a judia progressista precisava continuar lutando pela democracia e a paz de todas as mulheres, para além de seu idioma, etnia ou religião. A Organização Feminina do ICUF pensava ter lutado com firmeza contra “as frias paredes da opressão peronista e a ignóbil reação judaica”. Contudo, longe estavam aquelas mulheres de imaginar as características dos governos autoritários e as “ignóbeis” atuações judaicas que entrariam em cena poucos anos depois. ■

(continua no próximo número)

Nerina Visacovsky é docente e pesquisadora da Escola de Política e Governo da Universidad Nacional de San Martín.

Tradução de S.M.G.

**ber
vel**
Bervel
empreendimentos

Administração de condomínios
Locação de imóveis
Assessoria imobiliária

Centro: 2212-6100
Fax: 2212-6101
Barra: 3321-5871 / 3325-4241
Fax: 3325-1555
www.bervel.com.br • bervel@bervel.com.br

Novas luzes em tabloide

Henrique Veltman/ Especial para ASA

“**N**ovas luzes para um velho povo.” Este era o lema do jornal *Menorah*, que circulou no Rio de Janeiro, em 1960. Era um tabloide produzido por um grupo de jovens jornalistas da comunidade: Arnaldo Niskier, Zevi Ghivelder, Eliahu Chut, Moysés Fuks, Paulo Adolfo Aizen, Ariel Wainer z’l, Helio Kaltman z’l e Henrique Veltman.

Para levantar fundos que permitissem a edição do jornal, promoveu-se uma sessão especial no cinema Alvorada, na Rua Raul Pompeia, com um filme de Sacha Guitry, gentileza de Alberto Shtatovski. Houve um único orador nessa sessão, o senador Aarão Steinbruch, e bonitas garotas da comunidade venderam muitas assinaturas do *Menorah* que ainda iria surgir.

Com o dinheiro arrecadado, algumas edições ficaram garantidas, e o primeiro número trouxe uma reportagem especial, diretamente de Jerusalém, enviada pelo Zevi. A diagramação foi obra do Cervera, que era da Bloch, e todos os clichês foram um presente pessoal do Samuel Wainer (*Última Hora*).

A primeira edição, impressa nas oficinas do *Diário Carioca*, foi empacotada e encaminhada aos assinantes depois de uma madrugada numa sala da Editora Brasil-América, a Ebal. O patriarca, Adolfo Aizen, encontrou a garotada fazendo pacotes e proferiu a sentença: “Jornalista não faz embrulho, jornalista escreve.” Anos depois, o Jaguar fez a sua versão, hoje clássica, “Intelectual não vai à praia, intelectual bebe”.

Depois de vários números, sempre com grande repercussão na comunidade, os jornalistas, por absoluta falta de tempo – eram quase todos recém-casados –, entregaram o *Menorah* ao Grupo Universitário Hebraico. Pouco tempo ficou com a entidade, e, finalmente, o último dos fundadores, Moysés Fuks, “vendeu” o jornal ao José Gomlevski z’l.

Ele mudou o formato e o conteúdo de *Menorah*. A revista que hoje circula, dirigida pelo filho Ronaldo, nada tem a ver com o *Menorah* daqueles jovens jornalistas que produziram um marco na história da imprensa judaica brasileira. ■

Henrique Veltman, carioca, 73 anos, casado, jornalista, sociólogo e torcedor do América, é colaborador do Boletim ASA.

PURIM

Como o monstro voador

David Shafer

Woody Allen escreveu certa vez a respeito de um casal misto: ele era ateu, ela, agnóstica. Em assuntos de religião, distinções sutis podem causar mais conflitos do que as grandes diferenças. Num extremo dessas sutilezas, Allen também escreveu sobre um monstro mítico, voador, que tinha cabeça de leão e corpo de leão, embora não do mesmo leão.

Ao nos aproximarmos de Purim, quando se conta a história da rainha Ester, é interessante examinar quais partes foram enxertadas, como a cabeça do leão, sobre o corpo desta festa judaica principalmente secular, estranha fusão de temas pagãos e judaicos.

Ester, judia, tem um nome que é uma variante do nome pagão Ishtar (ou a deusa Vênus). O marido gentio de Ester é Assuero, um rei persa. Purim parece ter derivado de uma festa mais antiga que adorava o

deus babilônico Marduk e que se tornou familiar aos judeus durante o seu exílio na Babilônia. O nome do tio de Ester, Mordehai (uma variante de Marduk), mostra como as raízes pagãs da história foram ajustadas ao modelo judaico.

O que, então, faz deste um conto judaico? Muitos elementos.

História que se popularizou no exílio, sustenta-se na longa tradição dos judeus de absorver partes da cultura circundante e, ainda assim, permanecer um povo à parte. Ela celebra o sonho judaico do triunfo da inteligência engenhosa sobre a brutalidade. Tem uma heroína flexível, mas com uma alma leal à sua identidade judaica e aos seus correligionários judeus, em tempos de infortúnio. Ester arriscou a vida para afirmar o seu direito e o direito de seu povo de ser do jeito que bem entendessem. Esta festa é perfeita para o casal misto de Allen.

Ela celebra uma personagem judia corajosa (a rainha Ester) e o triunfo da liberdade sobre a opressão, mas a iniciativa humana é o tema que a permeia, e não há qualquer menção ao Deus judaico. Apresenta o casamento misto de Ester, na longa tradição judaica de pessoas como Moisés e sua mulher cuchia, que era provavelmente etíope ou sudanesa. Ester não sentia estar comprometendo a sua identidade judaica por se casar com um rei persa. E não deixou de afirmar essa identidade quando estourou a crise.

Purim pode ser encarada como uma celebração da solidariedade judaica em tempos de perigo, mas também como simpatia por quem tem uma formação diferente. ■

David Shafer é membro da Congregation for Humanistic Judaism de Connecticut. Tradução de S.M.G.

Em bom português

Fany Sechter Ruah / Especial para ASA

Os melhores sites judaicos da internet são em inglês, um idioma universal. Mas, para quem gosta de visitar sites em português, aqui estão algumas dicas.

<http://www.chabad.org.br/> - Site de conteúdo. Links e mais links sobre religião, filosofia, festas, sob uma ótica própria, mas acessível a todos. Visualmente limpo e muito bonito, fácil de navegar e objetivo.

<http://www.webjudaica.com.br/> - É site simples, de variedades, tem um pouco de tudo. Vale o esforço do webmaster em mantê-lo. Tem base em São Paulo. Um destaque especial para o link Músicas, com as letras em hebraico transliteradas.

<http://www.morasha.com.br/> - Site de conteúdo e, tal como a revista, lindíssimo. No link Revista, você pode ler a última edição online. Os

outros links separam por assunto artigos contidos em diversas edições da revista.

<http://www.fanyzine.com/> - É um diretório dos melhores sites judaicos, que estão comentados. Há também conteúdo, como Exposições, artigos. Tudo separado por assunto. É muito fácil de navegar.

<http://www.pletz.com/blog/> - Antes um site de variedades, é agora um jornal judaico online. Traz notícias diversas envolvendo Israel e atualidades judaicas que aparecem na mídia em geral, além de notícias das comunidades do Rio e São Paulo.

<http://www.tropicasher.com/> - O site ainda é novo, e se propõe a dar conhecimento judaico através de uma "perspectiva brasileira de vida". Está meio confuso, mas vale entrar só para ouvir o grupo de música deles. Versões em português de

assuntos judaicos nas músicas brasileiras e várias adaptações, até um funk do Faraó!

<http://www.hillelrio.org.br/> - Site do Hillel do Rio, voltado exclusivamente para jovens dos 17 aos 30 anos.

Há sites com versões em vários idiomas e você pode dizer ao computador sua ordem de preferência na abertura. Com o Explorer aberto, vá em ferramentas/Opções da Internet. Na janela, no separador Geral, há lá embaixo uma opção "Aspecto"; clique em Idioma. Adicione os idiomas que quiser e depois ordene de forma que o primeiro seja o de sua preferência. ■

Fany Sechter Ruah, radialista, profissional de Marketing e webmaster do portal judaico FanyZINE – www.fanyzine.com, é colaboradora de ASA.

Cartas para ASA: Rua São Clemente, 155, fundos - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22260-001;

telefax (21) 2539-7740 ou e-mail asa@asa.org.br c.c para smgruman@terra.com.br

Devem conter nome e endereço completos, telefone e assinatura. Havendo restrição de espaço, poderão ser encurtadas sem autorização dos remetentes

NOTAS

Não chorem por mim

É famoso o testamento de **Scholem Aleichem**. Nele, o imortal escritor sugere que, nas passagens do seu *iortsait* (evento anual que lembra, na tradição judaica, a morte de alguém), não se reze, nem predomine a tristeza. Que as pessoas leiam

algum de seus contos, de preferência um bem-humorado. Foi este o espírito que nos inspirou no dia 29 de novembro, quando lembramos o sesquicentenário de nascimento do patrono da ASA. **Carlos Acselrad** contou passagens curiosas sobre Scholem

Aleichem e leu o conto, traduzido por ele mesmo, "Dezoito de Pereshchepena". Em seguida, **Clara Goldfarb**, **Gitel Bucaresky**, **Horácio Schechter** e **Mauro Band**, dirigidos por **Geórgia Goldfarb**, interpretaram o conto "Dois presentes de Purim."

Foto: Sara Markus Gruman



Horácio Schechter, Clara Goldfarb, Gitel Bucaresky, Geórgia Goldfarb, Carlos Acselrad, a diretora Fanny Cytryn e Mauro Band

Coral

O Coral da ASA se apresentou, no dia 11 de dezembro, no **Shabat das Luzes**, organizado pelo **Centro Cultural Mordechai Anilevich**. Depois de participar do bota-fora de 2009 na ASA (ver nota "Adeus 2009"), nossos coralistas saíram de férias.

Villa

Há cinquenta anos, morria o maestro e compositor **Heitor Villa-Lobos**, um dos principais nomes da cultura brasileira no século 20. A **ASA** o homenageou no dia 15 de novembro, com os Corais da **ASA** (foto 1) e **Avareté** (2) e o violonista **Luiz Felipe Oiticica** (3). Além das músicas, foram exibidos trechos do filme *Villa-Lobos, uma vida de paixão*, de Zelito Vianna, comentados por **Joaquim Assis**, regente do Avareté.



Fotos: Sara M. Gruman

Adeus 2009

Tendo como convidado o grupo de preservação da música sefaradi **Angeles y Malachines** (foto 4), sob a regência de José Behar, a **ASA** promoveu uma confraternização de fim de ano, no domingo 13 de dezembro, da qual participou também o **Coral da ASA**, regido por Claudia Alvarenga. O presidente, Mauro Band, mencionou em rápidas palavras as atividades que tiveram lugar na **ASA** no decorrer de 2009. Em nome da Associação e citando a família Sulam Saul, quase toda presente (5), o diretor Jacques

Gruman dedicou o programa à memória da ativista e cofundadora do Angeles **Vitoria Sulam Saul**, falecida em novembro. Os dois corais incluíram no repertório música de Hanucá, e o violonista do grupo sefaradi, Edson Cordeiro, acendeu as três velas correspondentes à terceira noite da Festa das Luzes (6). Seguiu-se um lanche delicioso e farto preparado por diretores da **ASA** e integrantes dos corais, com salgados e doces judaicos, além dos tradicionais sonhos de Hanucá (7).

Foto: Jacques Gruman



Foto: Sara M. Gruman



Foto: Sara M. Gruman



Foto: Jacques Gruman

ORIENTAÇÃO PARA A ECT

Endereço para devolução deste impresso: R. São Clemente, 155, fundos - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22260-001